



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 293339-9

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. CONCESSÃO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. TENTATIVA DE INOVAÇÃO RECURSAL. ACLARATÓRIOS UNANIMEMENTE IMPROVIDOS.

1. Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão recorrida enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

2. Não merece acolhida a alegação de que houve omissão no acórdão impugnado quanto à aplicação ao caso do disposto nos arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput*, e XXI e 196, *caput*, ambos da CF/88, vez que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que entender necessários ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que considerar aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, como foi feito na presente hipótese.

3. Na hipótese, restou consignado o entendimento expresso na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício.

4. Por fim, constitui tentativa de inovação recursal o argumento de que houve omissão no que diz respeito à alegação de ofensa aos arts. 100, §2º, da CF/88 e 730 do CPC, haja vista que tal matéria deixou de ser suscitada



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pelo ora embargante no momento oportuno, qual seja, quando do oferecimento do Recurso Agravo, tendo se operado a preclusão.

5. Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput*, e XXI e 196, *caput*, ambos da CF/88, mas improvidos de forma unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração no Agravo na Apelação Cível nº 293339-9, em sessão realizada no dia 21 de 03 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 293339-9

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que, no entender do embargante, teria incorrido em omissão ao negar provimento ao Recurso de Agravo interposto em face da decisão terminativa de fls. 174/179, mantendo incólume determinação de fornecimento gratuito dos medicamentos ATACAND 16 mg-01 caixa, ICTUS 6,25 mg-02 caixas, LASIX 40 mg-03 caixas, SOMALGIN CARDIO 100mg-01 caixa, DIGOXINA 0,125 mg-01 caixa, MONOCORDIL 20mg-04 caixas, APRESOLINA 50 mg-05 caixas, COSOPT 01 FR, OFTANE 02 FR, INSULINA LANTUS 05 canetas/mês e INSULINA APIDRA ou HOMALOG ou NOVORAPID 05 canetas/mês, em favor do Sr. José Vidal de Oliveira, conforme receituário de fls. 16/18, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 por dia de descumprimento.

Em suas razões, de fls. 204/205, o embargante assevera que o julgado impugnado deixou de se pronunciar expressa e explicitamente sobre a aplicação ao caso do disposto nos arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput*, e XXI, 100, §2º e 196, *caput*, ambos da CF/88, e 730 do CPC.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes aclaratórios, dando-lhes regular processamento, para sanar a omissão alegada e prequestionar a matéria ventilada.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 293339-9

Embargante: Estado de Pernambuco

Procurador: Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, destarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão impugnada enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Eis o teor do acórdão vergastado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE SEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE ARCAR COM O CUSTO DO TRATAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJPE. MULTA DIÁRIA FIXADA EM PATAMAR RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

1 A decisão fustigada encontra-se inteiramente esteada no entendimento expresso na Súmula nº 18 deste Egrégio Sodalício, segundo o qual comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito do cidadão prejudicado em buscar a tutela jurisdicional, impondo-se ao Estado a obrigação de



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

disponibilizar os meios necessários ao custeio do medicamento adequado ao caso, ainda que este não esteja previsto em lista oficial, razão pela qual se afigura apropriada sua manutenção.

2. A multa diária estabelecida pelo togado singular para o caso de descumprimento, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), se mostra razoável em função da gravidade e do estágio avançado da doença que acomete a paciente representada pelo ora agravado, devendo ser mantida.

3. Recurso de Agravo a que se nega provimento de forma indiscrepante.

Registre-se, por oportuno, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que entender necessários ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que considerar aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, como foi feito na presente hipótese.

Como visto, a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir assunto já decidido.

Se porventura pretende o embargante modificar o acórdão hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de Declaração.

Por fim, verifico constituir tentativa de inovação recursal o argumento de que houve omissão no que diz respeito à alegação de ofensa aos arts. 100, §2º, da CF/88 e 730 do CPC, haja vista que tal matéria deixou de ser suscitada pelo ora embargante no momento oportuno, qual seja, quando do oferecimento do Recurso de Agravo, tendo se operado a preclusão.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento do disposto nos arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput*, e XXI e 196, *caput*, ambos da CF/88, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator